



TORRE
TOMBO

improp

suplemento
6

MATÉMATICA

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA

15-4-71

Na intenção de levar os alunos de Matemática a interessarem-se pela Reforma, as suas implicações e a sua discussão, achou a Comissão de curso de Matemática interessante a transcrição de uma entrevista concedida por Jean Paul Sartre ao "Le Nouvel Observateur":

'Le Nouvel Observateur--- A 'lei de orientação'(1) de Edgar Faure pretende maleabilizar as estruturas universitárias e prevê a participação de estudantes nos conselhos directores das novas unidades de ensino e investigação. Isto não garante aos estudantes um certo poder de controle?

Jean Paul Sartre : Nenhum. Mas gostaria primeiro de mostrar que tal lei não altera absolutamente nada a orientação do ensino. O terceiro parágrafo do artigo primeiro resume bastante bem todo o conjunto: as universidades 'devem corresponder às necessidades da nação fornecendo-lhes quadros em todos os domínios e participando no desenvolvimento social e económico de cada região. Nesta tarefa devem-se conformar perante a evolução democrática exigida pela revolução industrial e técnica'.

Não se podia ser mais preciso: a Universidade tem por trabalho formar quadros. Logo, baseia-se numa selecção e os seus programas são estabelecidos em função das necessidades da indústria privada. Tudo o resto é literatura. Em particular, este outro parágrafo da lei, que, um pouco mais afilante, se refere ao assegurar 'a evolução da sociedade para uma maior responsabilidade de cada homem no seu próprio destino'. Sabem o que é um quadromão há ninguém que seja tão pouco senhor do seu destino como ele. A sua alienação é total, ainda maior que a do operário. Este sabe que é explorado, alienado; o quadro não. É um homem que se formou para vir a ser uma roda da sociedade dita de 'consumo', que muitas vezes é bem pago, que não é senhor do seu destino e que a partir dos 45 anos treme ao saber perfeitamente que se arrisca a ser posto de parte.

'Le N.O.--- Poderá existir uma sociedade sem quadros?

Jean Paul Sartre: Não é aí que reside o problema: se se quer falar de cultura e se se fala da noção de quadro, então estamos perdidos. Colocar em princípio como papel da Universidade a fabricação de especialistas é aceitar a autoridade, o poder, a ordem estabelecida, quer sejam de Estaline, da General Motors ou de De Gaulle. É preciso proceder inversamente: destruir a ideia de selecção desde a classe infantil e organizar um ensino que ofereça a todas as crianças as mesmas possibilidades de se instruírem, de se cultivarem, de virem a ser homens livres, deixando certamente a cada um o direito de se especializar de acordo com os seus gostos e talentos.

'Le N.O.'--- Edgar Faure foi o próprio a dizer que a reforma devia começar na classe infantil.

J.P.S.--- É provável que o tenha dito, mas a lei que acaba de sair para a Universidade prova que não compreendeu nada do que deveria ser uma verdadeira reforma do ensino. A sua lei tem por único fim o de racionalizar a Universidade, permitindo-lhe efectuar melhor o mesmo trabalho. O sistema continua baseado na selecção. Alguns conseguirão-- os que forem necessários para fazer funcionar a máquina

económica, mais não - , os outros serão rejeitados a meio caminho. Não é substituindo as notas de 0 a 20 pelas letras A,B,C,D, que selecção será menos rigorosa(2). Os que conseguirem A ou B terão alcançado os lugares, os outros constituirão um proletariado intelectual de "falhados". E os que ensinam serão sempre aqueles que no meio ou no fim do ano, para o caso pouco importa, definirão esta escolha implacável.

A partir do momento em que o objectivo será satisfazer as necessidades de quadros da indústria privada terá de haver de facto uma selecção; É falso, ao contrário do que por vezes se pensa, que existe uma harmonia entre o desenvolvimento da sociedade capitalista avançada e o aumento da procura de especialistas que dela resulta. Ao invés, a desarmonia é total. O aumento do número de estudantes é - felizmente - muito mais rápido que o número de quadros necessário à indústria: estudantes em demasia. Demasiados em relação a quê? Certamente em relação às necessidades da indústria! (3) Apresentar-se-ão todos, enquanto esta pede alguns: a Universidade, ao seu serviço eliminará os outros em pleno caminho. A única reforma válida - que seria uma revolução - consistiria em inventar uma Universidade cujo objectivo já não seria o de seleccionar uma "elite", mas o de levar a cultura a todos, mesmo aos que se não transformassem em quadros.

Evidentemente que a selecção começa muito antes da Universidade. É desde a escola primária que se opera a primeira clivagem entre a "elite" e os párias. Acaba de sair um livro extraordinário dum padre italiano, "Cartas a uma professora de escola" (edição da Mercure de França); uma experiência feita por ele e que em si basta para condenar todo o actual sistema de ensino. Tomou a seu cargo todos os alunos duma aldeia italiana que não tinham tido aproveitamento na escola oficial, que não tinham a mínima possibilidade de obter certificado de habilitações. Mesmo que um filho de um burguês tenha más notas, ou que não passe no exame, não importa: o pai possui meios para que ele continue e consiga acabar, nem que mude de escola. Enquanto o filho do camponês, se os estudos são caros, e ele não tira aproveitamento, lhe dizem: "gastas o teu tempo e as solas dos sapatos"; volta para o campo onde faz sempre falta - não tem a possibilidade de repetir.

Então este padre italiano agarrou todos estes condenados à ignorância, afirmando: "vou fazê-los passar no exame". Trabalharam numa atmosfera não selectiva: não havia nem primeiro, nem segundo, nem último. Em vez de ficarem aterrorizados perante o mestre que os ia julgar - e condenar - as crianças começaram de novo a adquirir confiança, a discutir entre si, a dizer o que lhe interessava, o que as aborrecia e o que não compreendiam. Como eram elas que faziam as perguntas, ouviam as respostas do professor. No fim do ano foram todas a exame.

"Le N.O." --- De qualquer modo foi "o exame" que permitiu verificar se se encontram "ao nível".

J.P.S. --- Esperava isso! Esse padre conseguiu justamente provar quão absurdos são os exames. Afirmou: "encontramo-nos numa sociedade onde o estado exige diplomas. Pois bem, vou-vos mostrar que os que eliminam, como incapazes de passar nesses exames, são tão aptos como todos os outros". E o que significa um exame em que todos passam? Não tem qualquer

significado.
samente desti
não se quer r

significado. Ou antes, adquire subitamente o único que se lhe pode atribuir: Ode uma prova somente destinada a mascarar a carência do ensino e a desencorajar todos aqueles com quem não se quer perder tempo. Na Universidade é o mesmo: trata-se de desencorajar todos os estudantes que na nossa sociedade industrial não têm lugar, ou seja, cuja cultura não é economicamente "rentável".

"Le N.O." --- Em detrimento de mudar na base a orientação do ensino, a lei Faure não oferece aos estudantes, dando-lhes uma participação na gestão das Universidades de ensino e investigação (4), uma possibilidade real de modificar as estruturas e o seu funcionamento?

J.P.S. --- Basta lermos a lei para vermos que não. São 3 os domínios nos quais os estudantes podiam exercer os seus poderes: executivo (administração e sanções); a escolha dos professores; o "controle" dos conhecimentos. Em nenhum deles os estudantes farão valer a sua palavra. O executivo é intocável: o reitor é nomeado pelo governo. A lei Faure concedeu - lhe poderes excepcionais: pode contratar uma polícia privada - são os "bedéis musculosos" - (5) - e decidir sobre a expulsão e anulação da matrícula.

Na escolha dos professores? aqui manifestou-se toda a má fé dos autores. Há, com efeito, um parágrafo que dá aos conselhos paritários, onde se encontram os estudantes, poderes gerais no que diz respeito às nomeações e às mudanças, no entanto outros parágrafos vão-lhos retirando um a um. No fim de contas só os docentes continuarão a decidir, por cooptação, sobre a admissão de um outro.

Porém, impor aos estudantes um professor sem os consultar é o mesmo que lhes impor um saber. Se é um homem que, por exemplo, é da opinião da realização de cursos magistrais, ou que defende ideias que os revoltam, os estudantes podem apalpá-lo, fazer greve, ocupar os locais, mas situar-se-ão imediatamente na ilegalidade. Não têm nenhum outro meio de se oporem à nomeação deste professor. Julgo insensato que os estudantes não tenham o direito de saber quem os ensina. Não peço que eles escolham os professores; esta deve ser feita em comum, pelos docentes e por eles.

Quanto ao terceiro poder, o do "controle" dos conhecimentos, também lhes foi recusado. Ora, é absolutamente indispensável que os estudantes possam do mesmo modo compreender e vigiar a maneira como são julgados e seleccionados, pois é disto que se trata. Não duvido da honestidade e da boa vontade dos professores, mas sei - também fui professor - que há quem considere o exame como uma vingança. Foram vaiados durante todo o ano: no fim corram-se as cabeças. Outros existem que descansam à sombra dos seu curso; basta que os alunos os recitem. Conheci um sociólogo que definia uma classe social por 8 caracteres; se só se citassem 7, chumbava. Tudo isto se podia evitar com a participação dos estudantes nas deliberações do júri. Não é verdade que este "controla" fizesse com que todos passassem. Em alguns casos realizou-se a experiência depois de Maio 68, e os seus representantes foram duma objectividade tremenda.

Existem portanto 3 poderes essenciais, e os estudantes não possuem nenhum. Em todo o caso poderão exercer a sua influência noutros domínios? Nem isso. Na lei teve-se

sempre o cuidado de os colocar em minoria no seio dos conselhos paritários. Ela não, mas que o número dos docentes nos conselhos deve ser igual ao dos estudantes eleitos, mas "pelo menos igual": esta particularidade basta para abalar a ideia de paridade. Em seguida inventou-se um truque terrível: a participação nos conselhos, ao lado dos docentes e dos estudantes, de "pessoas do exterior escolhidas em função da sua competência e sobretudo do seu papel na actividade regional" (6). Que é que irão lá fazer? Nada, além de, evidentemente, dizer quais as necessidades do mercado do emprego, afim de melhor orientar a selecção. Em qualquer assunto os estudantes esbarrarão no mundo dos adultos e a sua participação nas decisões será puramente ilusória. Dirão que estas personalidades devem ser designadas em comum pelos docentes e estudantes: bastará, portanto, escolhê-las. Infelizmente não é assim tão simples. Pegue-se no exemplo do ensino secundário (aí, ainda não há lei, mas tomaram-se medidas no espírito da "lei de orientação": no liceu de Vernon houve recentemente uma greve dos alunos, para protestar contra a destituição injustificada dum professor. Em Vernon, o conselho de administração - que compreende representantes da administração, pais, docentes e alunos - devia também escolher "personalidades da região". O deputado local é o degaulista Tomasini: foi imediatamente escolhido. Ao mesmo tempo, para contrabalançar, escolheu-se um sindicalista da C.G.T., que parece estar de acordo com os alunos mas que declarou francamente: "Eu, como sabem, sou operário, não tenho cultura e não me sinto qualificado para decidir".

Esta assembleia votou os estatutos do liceu. Que aconteceu? Pois bem, os alunos, por exemplo, poderão sofrer sanções no liceu pela sua conduta exterior. Ou seja, se participarem numa manifestação, mesmo não sendo de estudantes, arriscam-se a ser expulsos. Nem os alunos nem o sindicalista se puderam opor a este artigo escandaloso. O mesmo acontecerá em toda a parte. Haverá por aqui e por ali pessoas de boa vontade, mas não terão qualquer força.

"Le N.O." --- A palavra de ordem lançada pela U.N.E.F. e pelos "esquerdistas" de boicotagem das eleições (7), foi parcialmente seguida, mas ainda houve, até agora, mais de metade dos estudantes que votaram (53%, segundo o governo). Além disso essa palavra de ordem não foi bem compreendida no exterior, sobretudo na classe operária, talvez porque a tradição revolucionária francesa é primeiro do que tudo "eleitoralista": não se recusam as eleições, luta-se para as ganhar.

J.P.S. --- Não quando são viciadas. E as que foram propostas aos estudantes são disso um exemplo. Primeiro pede-se-lhes para votar um texto que não lhes dá nenhum poder. Em seguida impõe-se a fantástica regra da "representação depressiva" se o quórum não atingir os 60%. Segundo a boa democracia burguesa, se se fixou um quórum e ele não é atingido anulam-se as eleições: princípio adoptado em toda a parte. Desta vez não foi os estudantes, terão um número de assentos proporcional à sua participação eleitoral. Isto é, se votam estão em minoria; se não o fazem estarão ainda pior. De qualquer modo, a lei será aceite.

Reforça-se esta vigarice com uma chantagem pela força: Não querem mais matraca? Nem os "bedéis musculosos"? Pretendem que se retirem aos reitores os direitos arbitrários que lhes foram dados provisoriamente? Então votem! Depois ficarão tranquilos. O jornal Action fez um resumo num título: "Votem... mas votem de joelhos". Quando for adoptada a lei dir-se-á aos estudantes: "Não vão agora causar aborrecimentos. Além do mais votaram esta reforma" (8). Quiseram esta Universidade.

Os estudantes que viram o jogo não votaram. Para eles não existe uma reforma. Não veem na lei Faure senão uma violência que lhes é feita e a qual só podem responder pela violência. Combatem com armas desiguais. Que farão? Ocuparão as salas, boicotarão os cursos, colarão cartazes: não é grande coisa perante as cargas de matraca.

O drama está que o governo conseguiu sair-se bem da sua operação: dividir os estudantes. Existem os que votaram (9) - 52% ou 58%, pouco importa - e todos os outros; os primeiros serão considerados como os respeitadores da lei. A minoria não debandarà, pois crê que a maioria caiu numa armadilha; continuará a lutar, e daí irá resultar uma divisão profunda no meio estudantil.

Para os revolucionários o problema está em estimular as massas moderadas: conseguiram-no em Maio. Hoje estas voltaram-se para o trabalho e para a ordem. Será necessária uma outra crise para a espicaçar de novo. A situação só se pode desanuviar se os estudantes aliarem os trabalhadores na sua luta. Sabem-no; em Maio já o tinham dito e hoje repetem-no. Mas como, por diversas razões, a classe trabalhadora não faz o mínimo gesto, estão num impasse.

"Le N.O." --- Que faria se hoje fosse professor de Filosofia?

J.P.S. --- Perguntaria aos estudantes de que é que gostariam que falássemos e se queriam

que eu estivesse presente. Caso não quisessem o curso, não o faria. Apoiá-los-ia totalmente na sua luta. Procuraria, sobretudo, fazer o que eles já não conseguem devido ao isolamento a que foram votados: explicar para o exterior que não são pequeno-burgueses nihilistas, mas, simplesmente, jovens prestes a cair numa armadilha, e que recusam um ensino de molde a realizar homens servís. Explicaria também o sentido profundo da manobra Faure: substituir a ditadura dos pequenos régulos do saber, professores acomodados à sombra dum poder caduco, por uma aparente ligação de disciplinas e por um trabalho colectivo, ilusões cuidadosas acarinhadas para esconder a "modernização" da Universidade em função dos monopólios capitalistas, cujas exigências, anónimas, ao nível de região e de nação, já não aparecem como interesses privados, mas como a ditadura da "razão".



TORRE
TOMBO

- (1) - reforma francesa que nasceu depois de Maio 68.
- (2) - substituir A, B, C, D por notas mínimas para ingresso à Universidade e termos caído na reforma portuguesa do MEN.
- (3) - veja-se no caso português, do ex., o excesso de engenheiros químicos existentes actualmente.
- (4) - o caso português ainda é mais grave visto que os alunos só podem pertencer aos órgãos de gestão Universitária quando se discutirem assuntos que lhes digam directamente respeito...; além disso, a participação é mínima e é remetida para os estatutos das Universidades que ainda não estão elaborados...
- (5) - em Portugal sabe-se que estão a treinar Judo antigos paraquedistas e fusileiros angariados por anúncio nos jornais e destinados a futuros contínuos da Universidade...
- (6) - no nosso caso a participação de representantes de sectores afins com a Universidade, portanto representantes de empresas.
- (7) - no nosso caso nem há eleições para uma reforma mas há um pedido de discussão de reforma feita pelo MEN... É certo que não foi aos estudantes que dirigiu o pedido...
- (8) - no nosso caso: "além do mais discutiram esta reforma..."
- (9) - existem os que discutiram a reforma no caso português.

TEXTO PARA SERVIR DE BASE À DISCUSSÃO DA REFORMA NAS TURMAS DOS CURSOS DE M.A. - TEMÁTICAS

- COMISSÃO DE CURSO DAS
MATEMÁTICAS -